

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
 O cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.
 Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

 São Paulo, 21 de agosto de 2015
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Ativo Circulante		619.887	516.242		250.861	123.243
Disponibilidades	4 & 15.c	1.253	1.176		250.861	123.243
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 & 15.c	102.947	91.151			
Aplicações no Mercado Aberto		10.570	91.151		17.052	89
Aplicações em depósitos interfinanceiros		92.377	-		67.681	3.903
Títulos e Valores Mobiliários	5	320.341	307.198		159.761	108.460
Carteira Própria		114.479	603		6.367	10.791
Vinculados à Prestação de Garantias		205.862	204.703			
Vinculados ao Banco Central		-	101.892			
Outros Créditos	195.309	116.711	116.711		233.301	280.787
Rendas a Receber		325	419		228.423	278.512
Negociação e Intermediação de Valores	6	157.861	108.906	11	4.878	2.275
Créditos Tributários	7	34.024	4.553	12		
Diversos	8	3.099	2.833			
Outros Valores e Bens	37	6	6		233.301	280.787
Despesas Antecipadas		37	6			
Ativo Realizável a Longo Prazo	287.321	264.180	264.180		233.301	280.787
Outros Créditos	287.285	263.998	263.998		233.301	280.787
Créditos Tributários	7	42.829	64.646			
Diversos	8	244.456	199.352	11		
Outros Valores e Bens	36	182	182		159.761	108.460
Despesas Antecipadas		36	182			
Permanente	327	381	381		159.761	108.460
Investimentos	223	223	223		159.761	108.460
Outros Investimentos		2.176	2.176			
(Provisões para Perdas)		(1.953)	(1.953)			
Imobilizado de Uso	9	2	5		159.761	108.460
Outras Imobilizações de Uso		68	68			
(Depreciações Acumuladas)		(66)	(63)			
Intangível	10	102	153		233.301	280.787
Outros Ativos Intangíveis		295	295			
(Amortizações Acumuladas)		(193)	(142)			
Total do Ativo		907.535	780.803		907.535	780.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		195.698		19.665	45.884	700	261.947	463.294
Aumento de Capital	14.a	-	100.302	-	-	-	-	100.302
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	3.i	-	-	-	-	(1.948)	(1.948)	(1,948)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	19.572	19.572
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	979	-	-	(979)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(3.100)	(3.100)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	7.747	-	(7.747)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	7.746	-	(7.746)	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		296.000	100.302	20.644	61.377	(1.248)	376.773	774.075
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		296.000	22.585	20.644	85.593	(1.901)	402.277	794.919
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	3.i	-	-	-	-	734	-	734
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	40.362	40.362
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	2.018	-	-	(2.018)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	9.172	-	(9.172)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	9.172	-	(9.172)	-
Saldos em 30 de Junho de 2015		296.000	-	24.603	103.937	(1.167)	423.373	822.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
 A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. A Santander CCVM tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
 As demonstrações financeiras da Santander CCVM, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.
 A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
 As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 21 de agosto de 2015.
 As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander CCVM, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2015 foram divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
 As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.
b) Apreciação do Resultado
 O regime contábil de apreciação do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
 São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações e monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos do seu valor de mercado ou de realização.
 Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
 Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com vencimento igual ou inferior a noventa dias.
e) Títulos e Valores Mobiliários
 A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
 I - títulos para negociação;
 II - títulos disponíveis para venda; e
 III - títulos mantidos até o vencimento.
 Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e III estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida.
 (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
 (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
 Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
 As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
f) Despesas Antecipadas
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
g) Permanente
 Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
g.1) Outros Investimentos
 Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
g.2) Imobilizado
 A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.
g.3) Intangível
 Os gastos classificados no ativo intangível - aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
h) Plano de Benefícios a Funcionários
 Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) o pagamento de benefícios do complemento do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.
Plano de Contribuição Definida
 Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.
Plano de Benefício Definido
 Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e está apresentado na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
 Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições
 O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
 Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
 A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
 - Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
 - Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
 - O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
 - Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

i) Remuneração Baseada em Ações
Liquidação em Ação
 São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.
 No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.
Liquidação em Dinheiro
 A liquidação em dinheiro é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
 A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
 Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
 As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.
 Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.
 Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
 O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
 O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.
 De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.B, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander CCVM na reunião realizada em 21 de agosto de 2015.

m) Estimativas Contábeis
 As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.
n) Evento Subsequente
 Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:
 • Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
 • Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
 Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades de R\$1.253 (30/06/2014 - R\$1.176) e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$102.947 (30/06/2014 - R\$91.151), com vencimento igual ou inferior a noventa dias.
5. Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2015	30/06/2014
Abertura por Vencimento		
Valor do Custo Refletido no Amortizado	320.459	320.341
Ajuste a Mercado Resultado Contábil	(118)	320.341
Valor	202.341	320.341
Sem De 3 a 5 anos	557	319.784
Valor Contábil	307.140	307.140
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	319.902	(118) 319.784
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	557	- 557
Títulos Disponíveis para Venda	-	-
Títulos Privados - Ações	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários - Circulante	320.459	(118) 320.341
557 319.784	557 319.784	307.140

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.
 A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com instrumentos financeiros derivativos de terceiros é composta por títulos públicos federais, no valor de R\$205.862 (30/06/2014 - R\$306.595).

	30/06/2015	30/06/2014
Ativo		
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	157.861	102.250
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias	-	6.656
Total - Circulante	157.861	108.906
Passivo		
Credores - Conta Liquidações Pendentes	139.868	64.169
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias	16.756	644
Comissões e Corretagens a Pagar	644	468
Caixas de Registro e Liquidação	2.493	43.823
Total - Circulante	159.761	108.460

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2	-	-	2
Provisão para Contingências Cíveis	108	560	-	668
Provisão para Riscos Fiscais	60.525	482	-	61.007
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	-	-	-	-
Ações Trabalhistas	679	154	(2)	831
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos	56	-	(2)	54
Provisão para o fundo de complementação para abono de aposentadoria (Nota 3.i)	1.296	31	(490)	837
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	527	27	(400)	154
Outras Provisões Temporárias ⁽²⁾	9.285	4.015	-	13.300
Total dos Créditos Tributários Circulante	72.478	5.269	(894)	76.853
Longo Prazo	21.290	-	-	34.024
51.188	51.188	42.829	42.829	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Receitas da Intermediação Financeira		25.226	15.683
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		25.279	15.636
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(53)	47
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		25.226 </	



Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Disponibilidades	1.253	1.176	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	102.947	91.151	6.124	4.816
Rendas a Receber	323	361	742	-
Dividendos e Bonificações a Pagar ⁽²⁾ (Nota 14.b)	(17.000)	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 12)	-	(10)	(38.012)	(34.235)

⁽¹⁾ As aplicações com vencimento até 3 meses.

⁽²⁾ Refere-se a Juros Sobre Capital Próprio.

16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, basicamente, a receitas de prestação de serviços de corretagens em operações em Bolsas e comissões de colocação de títulos.

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 15.c)	38.012	34.235
Comunicações	6.416	5.216
Doações	829	-
Serviços Técnicos Especializados	360	302
Outras	1.489	1.509
Total	47.106	41.262

18. Despesas Tributárias

Referem-se, principalmente, a despesas com Cofins, ISS e PIS.

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Atualização de Depósitos Judiciais	4.667	3.916
Reversão de Provisões Operacionais	7.326	389
Atualização de Impostos a Compensar ⁽¹⁾	13.483	147
Recuperação de Encargos com Operações de Clientes no Exterior	24	71
Outras	643	1.394
Total	26.143	5.917

⁽¹⁾ Refere-se a atualização monetária devido ao transito em julgado no primeiro semestre de 2015, com decisão favorável relativo a CSLL do período de 1990, onde se discutia a inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de 10% para 15%.

20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Provisões Operacionais		
Fiscais	6.801	5.784
Trabalhistas	386	217
Outras Provisões Operacionais	54	46
Comissões ⁽¹⁾	6.216	3.835
Atualização de Impostos	169	292
Outras	1.635	517
Total	15.261	10.691

⁽¹⁾ No ano de 2015 houve aumento na despesa com distribuidores.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	44.322	28.431
Participações no Lucro	(63)	(724)
Juros sobre o Capital Próprio	(20.000)	(3.100)
Resultado antes dos Impostos	24.259	24.607
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(9.704)	(9.843)
Despesas Indeclináveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.529	1.494
Demais Ajustes ⁽¹⁾	4.278	214
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.897)	(8.135)

⁽¹⁾ Refere-se a imposto devido ao transito em julgado com decisão favorável relativo a CSLL do período de 1990, onde se discutia a inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de 10% para 15%.

22. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander CCVM patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II, Banesprev planos I, II e III e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano e CABESP.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em Abril/2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a PREVIC, em razão de Déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

DIRETORIA

Diretores

Luciano Correia Ribeiro

Marcos Charcon Dainesi

Contador

André Miguel do Nascimento - CRC 1SP 191241/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

III) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

É uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes. Possui também 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Plano de Assistência Médica e Odontológica Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	30/06/2015		
Banesprev	Sanprev	Cabesp	
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(108.545)	(68)	(30.171)
Valor Justo dos Ativos do Plano	141.683	88	28.073
Sendo:			
Superávit	33.138	20	-
Déficit	-	-	(2.098)
Valor não Reconhecido como Ativo	33.138	20	-
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2015	-	-	(2.098)
Contribuições Efetuadas	2	-	114
Receita (Despesas) Reconhecidas	(2)	-	(194)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(1.944)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	9.040	7	3.999

Cancilação dos Ativos e Passivos

	30/06/2014		
Banesprev	Sanprev	Cabesp	
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(103.693)	(58)	(27.547)
Valor Justo dos Ativos do Plano	136.104	70	25.439
Sendo:			
Superávit	32.411	12	-
Déficit	-	-	(2.108)
Valor não Reconhecido como Ativo	32.411	12	-
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2014	-	-	(2.108)
Contribuições Efetuadas	7	-	104
Receita (Despesas) Reconhecidas	(7)	-	(171)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(2.080)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	10.612	2	3.041

Planos de Contribuição Definida

Santanderprevi

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 01 de Setembro de 2005.

Os valores apropriados relacionados aos planos de contribuição definida Banesprev e SantanderPrevi foram de R\$0 e R\$11, respectivamente (2014 - R\$0 e R\$39).

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos:

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial.

.Banesprev e Sanprev- 10,9% (2014 - 10,72% e 11,24%, respectivamente).

.Cabesp - 10,75% (2014 - 10,63%).

- Taxa para cálculo dos juros sobre os ativos, para exercício seguinte:

.Banesprev e Sanprev- 10,9% (2014 - 10,72%).

.Cabesp - 10,75% (2014 - 10,63%).

- Taxa estimada de inflação no longo prazo:

.Banesprev e Sanprev - 4,5% (2014 - 4,5%).

- Taxa estimada de aumento nominal dos salários:

.Banesprev e Sanprev - 5,0% (2014 - 5,0%).

- Tábua Biométrica de Mortalidade Geral

.AT2000 (2014 - AT2000)

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev	Sanprev	Cabesp
Experiência do Plano	(138)	-	(16)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	-	-	(1.422)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(138)	-	(1.438)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.810	2	2.662
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.810	2	2.662
Mudança no superávit irrecuperável	(1.672)	-	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais

	Duração (em Anos)		
Banesprev I			8,55
Banesprev II			9,97
Banesprev III			8,95
Sanprev II			19,99
Cabesp			13,64

b) Remuneração com Base em Ações

A Santander CCVM possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. Em 30 de junho de 2015 foram registrados despesas de R\$ 42 (2014 - receita de R\$ 6) referente a provisão do plano e foi registrado perda com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$ 3 (2014 - R\$ 2) como despesas de pessoal.

Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. Em 30 de junho de 2015 foram registradas receitas no valor de R\$ 10 (2014 - R\$ 17).

23. Eventos Subsequentes

Em 21 de maio, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015. A conversão em Lei dessa Medida Provisória está pendente de aprovação pelo Congresso Nacional.

24. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander CCVM aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do comitê de auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

São Paulo, 21 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Deloitte.

Aos Administradores e Acionistas da
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que dela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.